

Reflexos da pandemia de Covid-19 no emprego juvenil setorial nas regiões metropolitanas de Cuiabá e de Goiânia

Ilriane Rafaela Ferreira Ribeiro¹

 <https://orcid.org/0009-0006-3706-9177>

Angel dos Santos Fachinelli Ferrarini²

 <https://orcid.org/0000-0002-6736-0364>

Kelly Cardoso Faro³

 <https://orcid.org/0000-0002-1451-1106>

Recebido em: 15/08/2023

Aprovado em: 19/10/2023

Resumo

O presente estudo analisa diferenças na segmentação do emprego juvenil nos anos de 2020 e 2021 para verificar os possíveis reflexos da Covid-19 na Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá (RMVRC) e Região Metropolitana de Goiânia (RMG). Este artigo demonstra, através da estratificação de dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), focando no grupo jovens de 14 a 29 anos, a fim de destacar as principais diferenças regionais e compará-las com a literatura empírica. Os dados mostram redução na participação dos jovens no mercado de trabalho em ambas as regiões, com resultados divergentes nas atividades econômicas. O setor de comércio apresentou redução de -7,2 pontos percentuais (p.p) na RMG e expansão de 1,95 p.p na RMVRC. O setor agrícola registrou expansão no emprego jovem nas duas regiões analisadas, com acréscimo de 1,98 p.p na RMVRC e de 1,24 p.p na RMG. O setor industrial teve uma redução -0,5 p.p na RMVRC e um aumento de 1,44 p.p na RMG. Demais setores, como as atividades categorizadas como Financeiro, Construção Civil, Educação também apresentam divergências entre as duas regiões de análise, indicando a importância de políticas regionais para a inserção e manutenção do jovem no mercado de trabalho no período do cenário de Pandemia da Covid-19.

Palavras-chave: Jovens; Mercado de Trabalho, pandemia, Covid-19, Região Metropolitana.

Código JEL: J10, J16, J21

¹Bacharel em Ciências Econômicas - Universidade Federal de Rondonópolis. E-mail: rafaela_andy@hotmail.com

²Doutora em Economia pela ESALQ- Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Professora na Universidade Federal de Rondonópolis. E-mail : angel.ferrarini@ufr.edu.br

³Doutora em Economia pela Universidade de Uberlândia - Universidade Federal de Rondonópolis. E-mail : kelly.faro@ufr.edu.br

Reflections of the Covid-19 pandemic on sectoral youth employment in the metropolitan regions of Cuiabá and Goiânia

Abstract

The present study analyzes differences in the youth employment segmentation for the period 2020 and 2021 to assess the possible reflexes of Covid-19 in the Metropolitan Region of Vale do Rio Cuiabá (RMVRC) and the Metropolitan Region of Goiânia (RMG). This article demonstrates, through the data stratification from the National Household Sample Survey (PNADC), focusing on the group of young people aged 14 to 29 years, to highlight the main regional differences and compare them with the empirical literature. The data shows a decrease in the participation of young people in the labour market, with divergent results in economic activities in both regions. The trade sector experienced a reduction of -7.2 percentage points (p.p) in RMG and an increase of 1.95 p.p in RMVRC. The agricultural sector saw an expansion in youth employment, with an increase of 1.98 p.p in RMVRC and 1.24 p.p in RMG. The industrial sector experienced a decrease of -0.5 p.p in RMVRC and an increase of 1.44 p.p in RMG. Other sectors, such as those categorized as Financial, Construction, and Education, show disparities under analysis, highlighting the importance of regional policies for the integration and maintenance of young people in the labour market during the Covid-19 pandemic scenario.

Keywords: *Young; Labor Market, pandemic, Covid-19, Metropolitan Region.*

JEL CODE: J10, J16, J21.

Introdução

Os Coronavírus são doenças causadas por vírus que afetam os sistemas respiratórios. O novo Coronavírus, identificado como SARS-CoV-2, foi detectado primeiramente na China, em Wuhan, sendo o causador da doença Covid-19 (Bezerra *et al.*, 2020). A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, o surto da doença como uma emergência de saúde pública e, em 11 de março de 2020, elevou o patamar de classificação para pandemia. Uma série de pesquisas científicas na busca por informações sobre a doença e métodos de controle da difusão do vírus foram aplicados em todo o mundo. Dentre esses métodos, os não farmacológicos, como medidas de distanciamento social, uso de máscaras, higienização frequente de mãos, alimentos e o lockdown, foram os mais adotados, sendo o lockdown o de maior restrição à circulação (Camacho *et al.*, 2020; Zhou *et al.*, 2020).

Ademais, segundo dados do Ministério da Saúde (Brasil, [2023]), no Brasil foram registrados 708.237 óbitos. Os dados ainda são atualizados diariamente pelas Secretarias Estaduais de Saúde do Brasil. No entanto, nota-se que, de forma gradual e positiva, os números estão decrescendo desde a expansão da vacinação no Brasil

e no mundo. Em abril de 2023, o Ministério da Saúde declarou o fim da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), causada pela pandemia da Covid-19 no Brasil, após a Organização Mundial da Saúde (OMS) revogar o termo pandemia relacionado à emergência sanitária do coronavírus.

O efeito da Covid-19 na saúde e na economia brasileira trouxe a necessidade de uma melhor avaliação do seu impacto na estrutura do trabalho no mercado regional, em específico no mercado de trabalho para jovens brasileiros, que, em sua proporção, se enquadram como a parcela mais vulnerável dentro da economia (OIT, 2020).

Dentro desta classificação etária (15-29 anos), é esperado que a juventude sofra de forma mais marcante o impacto da Covid-19 no mercado de trabalho, pois, de acordo com a Organização Mundial do Trabalho – OIT (2020), o ingresso ao emprego formal representa um enorme desafio para os jovens, mesmo em tempos de máxima prosperidade econômica. Esta parcela da população, segundo a OIT, se enquadra como parte vulnerável da economia por não possuir experiência suficiente para se fixar no mercado. Muitas vezes, trata-se do primeiro emprego, ou seja, sem experiência ou histórico produtivo, o que, em tempos de crise, torna-se um desafio para a inserção desta parte da população no mercado de trabalho formal, forçando, muitas vezes, a busca por empregos informais.

Além disso, o mercado de trabalho juvenil é complexo e apresenta considerável heterogeneidade nos atributos observáveis (raça, gênero) e não observáveis (habilidades), o que tende a elevar a segmentação nesse mercado. Não é factível nem objeto deste estudo exaurir todas as características do trabalho juvenil, que é tema de diversas áreas de conhecimento e desafios analíticos.

Guimarães (2021) defende que as políticas para os jovens deveriam ser elaboradas e implantadas para uma inclusão que considerasse a sinergia entre educação formal e qualificação profissional, capaz de regular o estatuto dos jovens aprendizes, mas as características que são evidenciadas nesse público, em especial em países da América Latina, como as transições intensas entre escola/mercado de trabalho/saída de casa são quase aleatórias e não há linearidade, o que tende a dificultar o sucesso de políticas nacionais voltadas a esse público. Concomitante a escassez de políticas regionais para o público jovem e a latência em políticas estruturais, segundo Souza, Loreto e Reis (2021), a pandemia do Covid-19 desencadeou um cenário de incertezas e aprofundamento das desigualdades no emprego juvenil e os desafios, já enfrentados pelo público juvenil, se intensificaram.

Posto isso, o presente estudo se limitou em apresentar dados amostrais da população jovem da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá (RMVRC) situado no estado de Mato Grosso e da Região Metropolitana de Goiânia (RMG) no Estado de Goiás, de modo a questionar como o cenário de Pandemia da Covid-19 afetou o emprego juvenil nas duas regiões localizadas no Centro-Oeste? A RMVRC é composta por seis municípios, tendo como o principal centro de concentração os municípios de Cuiabá e Várzea grande, com total de 913.997 mil habitantes de acordo com estimativa para o ano de 2021 do IBGE, já os demais municípios que o compõe a região possuem população inferior a 25 mil habitantes. A RMG abrange 20 municípios, tendo maior população no município de Goiânia, capital, onde o número populacional ultrapassa 1,5 milhões, já os demais municípios que a cercam ultrapassam 200 mil habitantes.

Diante do exposto, o objetivo geral deste estudo é analisar na segmentação do emprego juvenil nos anos de 2020 e 2021 para verificar os possíveis reflexos da

Covid-19 na Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá (RMVRC) e Região Metropolitana de Goiânia (RMG). Este ensaio demonstra, através de dados da estatística descritiva obtida por meio da PNADC, discussões sobre o emprego juvenil nas duas principais regiões metropolitanas do Centro-Oeste, que são regiões ainda incipientes nos estudos no emprego juvenil e regional. Como objetivos específicos, o estudo apresenta: i) evolução estatística dos dados de emprego juvenil, por segmentos de gênero e raça; análise da ocupação por categoria de grandes atividades; especificação do estudo dos jovens e faixas de renda, ii) análise e discussão dos efeitos sanitários e econômicos sobre o emprego segmentado juvenil.

O presente estudo está dividido em cinco seções, sendo esta a primeira seção. A segunda seção apresenta as principais literaturas sobre a segmentação de trabalho e a subseção destaca trabalhos empíricos selecionados sobre o mercado de trabalho jovem. A terceira, por sua vez, apresenta os procedimentos metodológicos e a base de dados consultada. Em sequência, tem-se a quarta seção dividida em duas subseções; a primeira apresenta as características gerais regionais e a localização geográfica das duas regiões de análise; a segunda subseção destaca os resultados gerais dos dados analisados. Por fim, tem-se as considerações finais e gerais do estudo, bem como sugestões para estudos futuros na temática do emprego juvenil regional.

Trabalho e a segmentação do mercado

O mercado de trabalho pode ser analisado por meio de várias perspectivas e é frequentemente dividido em três categorias: mercado primário independente, mercado primário dependente e mercado secundário. De acordo com Souza (1978), o mercado primário é caracterizado por empregos típicos em empresas de grande porte.

A diferença fundamental entre o mercado primário dependente e independente está justamente vinculado à própria expressão. O mercado dependente, por sua vez, é caracterizado por trabalhos rotineiros com uma carga horária padrão de oito horas de trabalho. Nele, encontram-se predominantemente grandes empresas, em sua maioria oligopolistas, tanto na indústria de transformação quanto no setor de serviços.

Na análise de mercado dependente, o elo para a entrada consiste no preenchimento de elementos do mercado externo e pode-se considerar, indicações de trabalho já realizados e elementos de critérios de seleção como escolaridade, sexo, idade e raça. Já o mercado de trabalho independente possui uma maior flexibilidade, um setor privilegiado, onde geralmente atuam gerentes e supervisores, o que permite maior poder na tomada de decisões e independência diante do trabalho exigido, ficando a necessidade de iniciativa própria e criatividade (Souza, 1978).

No entanto, ainda existe um terceiro mercado caracterizado como sendo aquele que requer menor qualificação, mínimo ou nenhum treinamento, o que pode ser considerado o mercado “*on the job training*”, expressão utilizada quando a capacitação ocorre no ato, ou seja, enquanto o colaborador exerce a função para qual foi contratado mesmo sem treinamento ou conhecimento prévio de função (Lima, 1980). Neste setor “os salários e produtividade são relativamente baixos, os hábitos de trabalho não são estáveis, a rotatividade é alta” (Souza, 1978, p. 60). Ainda, segundo Souza (1978), dentro destas seleções, o mercado primário dependente e secundário também ainda é estratificado dentre critérios, onde é considerado gênero, raça,

qualificação, raciocínio, níveis de experiência, idade, entre outras especificações que caracterizam o indivíduo apto a ocupar aquele cargo/vaga específico.

Posto isso, a escolha da teoria da segmentação como teoria orientadora da discussão sobre as especificações do emprego e a dinâmica no mercado de trabalho juvenil é importante à medida que explica os diferentes tipos de empregos existentes e os fatores que limitam o acesso a estes postos de trabalho. Estas especificações (especificidade das funções) e o impacto das exigências em seu processo de seleção dos indivíduos no mercado de trabalho é discutida primeiramente em Doeringer e Piore (1971). Segundo os autores, é resultado crescente do avanço das funções internas nas firmas e reflete o ajuste alocativo do empregador quanto aos custos de treinamento permitindo ao empregado especialista e a possibilidade de promoção.

No entanto, Doeringer e Piore (1971) ao enfatizar o olhar nas estratificações do mercado, caracterizam suas teorias com base no lado da oferta de mão de obra para o mercado. Em discussão correlata, Vietorisz e Harrison (1973) descrevem que parte desta segmentação do mercado de trabalho reside na tecnologia de produção que é distinta entre as firmas e, esta distinção altera a alocação dos fatores. A preocupação dos autores é o comportamento existente dentro das indústrias, ou seja, preocupa-se com o lado da demanda de mão de obra deste mercado.

Para Biagioni (2006, p.6.), “a demanda por postos no mercado de trabalho impõe limitação por meio das segmentações no próprio mercado (barreiras institucionais e econômicas)”, onde é possível compreender a existência de um mecanismo de defesa/regulação na própria estrutura do mercado, em que o excesso de demanda heterogênea da força de trabalho provoca reação defensiva do sistema, utilizando-se da segmentação.

Sorensen (1996) advoga que a teoria tem como foco observar os determinantes estruturais do mercado de trabalho no acesso a cargos (teoria posicional do mercado de trabalho). Nesse sentido, a estrutura social é relevante no estudo das desigualdades sociais por definir a demanda no acesso a diferentes posições (chances de mobilidade por classe).

De forma análoga, Biagioni (2006) manifesta a necessidade de estudo da estrutura social para o entendimento das desigualdades, em que a capacidade de definição da demanda de acesso a diferentes posições é importante na discussão do mercado de trabalho, sendo possível compreender a existência da dualidade da estrutura do mercado de trabalho que se fortalece pela estratificação da oferta de mão de obra. Reich, Edwards e Gordon (1973) descrevem que a segmentação do mercado de trabalho pode ter seus princípios no “processo histórico de estratificação dos trabalhadores imposta pelos capitalistas, e/ou organizadores da produção ao longo da evolução do sistema capitalista.” Ideia esta que assim como, Biagioni (2006) fortalece a necessidade de estudo da estrutura social e histórica do mercado de trabalho.

Mercado de trabalho jovem no Brasil

Para além da dualidade do mercado, estudiosos consideram a faixa etária um critério significativo agravante para a incorporação da mão de obra dentro do mercado. Segundo IBGE (2016, p. 40), “as ações de políticas públicas no Brasil consideram jovem todo cidadão (ã) de faixa etária entre os 15 e os 29 anos” e, de acordo com esta faixa de estratificação de idade, a Síntese de Indicadores Sociais, que analisa as condições de vida da população brasileira, apontou que os jovens no ano de 2015

correspondiam a uma parcela de 23,6% da população brasileira, sendo 24% apenas da Região Centro-Oeste.

A atuação do jovem no mercado de trabalho é considerada um dilema devido às suas características únicas etárias. Para Borges (2014, p. 102), há peculiaridades como “a taxa de desemprego elevada em comparação à dos adultos, o alto número de jovens que não estudam e nem trabalham e a fragilidade da ocupação para esse grupo populacional”, o que sugere que essa é uma questão recorrente de análise e busca de medidas e melhorias que possam aperfeiçoar a participação e desempenho no mercado.

Em situação não recessiva do mercado existem as dificuldades já consideradas inerentes a este público, todavia é necessário visualizar que os desajustes econômicos do mercado de trabalho juvenil foram exacerbados pelo cenário pandêmico sanitário mundial causado pela Covid-19, em que o mercado entrou em uma das maiores recessões da história, antes mesmo de superar a crise de 2014/2017, originada por erros de política econômica (Barbosa, 2017).

Borges (2014, p. 10,) observa que os jovens compõem o grupo etário que mais sofre quando um país enfrenta recessões. O autor aponta que “a relação entre aprendizagem e os ciclos de negócios nos períodos de recessões profundas, bem como de recessões prolongadas, pode ter efeitos mais amplos e duradouros sobre a formação profissional”. Nessa mesma discussão, Pedroso e Gisi (2020) destacam que a crise do emprego juvenil foi agravada devido ao cenário de pandemia, com diversas dimensões que vão além da crise econômica e financeira mundial e que a longo prazo ameaçam a qualidade e quantidade de empregos.

A heterogeneidade dos jovens e o quantitativo destes que não estudavam ou não trabalhavam, mesmo antes da pandemia, se apresentam para Silva e Vaz (2022), como o grupo cuja crise da Covid-19 agravou o quadro. Além disso, os autores destacam que a paralisação das atividades escolares alcançou grande parte dos jovens do país e que a desigualdade, evidenciada na falta de recursos para assistir as aulas online, aumentou o contingente de jovens que interromperam os estudos.

Cabe destacar ainda, que de acordo com os relatórios atuais da OIT (2020), um a cada seis jovens está sem trabalho e/ou deixou de trabalhar desde o início da pandemia, enquanto os que mantiveram o emprego tiveram uma redução de 23% nas horas de trabalho. Pedroso e Gisi (2020) enfatizam o fato de a pandemia ter causado o que chamam de “*tríplo choque*”, onde os jovens foram atingidos com impactos no emprego, educação e profissionalização. O impacto nestes três setores foram os responsáveis principais pelo agravamento da condição pré-existente de problemas de inserção destes jovens ao mercado de trabalho de forma efetiva.

Andrade (2021) se debruça sobre a continuidade da participação do jovem nos estudos e o trabalho durante a pandemia. A pesquisa realizada pelo autor, denominada “Conjuve” constatou que 56% dos jovens que não estavam estudando no momento da pesquisa, realizaram trancamento ou cancelamento da matrícula em março de 2020 e, dentre estes jovens, 24% na faixa de 20 a 25 anos, interromperam os estudos por motivos financeiros. Andrade (2021) explica que em diversos casos a queda de salário e horas trabalhadas levou o jovem a escolher entre estudar ou manter a renda familiar durante a pandemia.

Posto isso, sugere-se que o cenário pandêmico causado pela covid-19, foi um determinante para evidenciar problemas já existentes dentro do panorama sensível do mercado de trabalho brasileiro para a faixa etária juvenil. Nesta, o jovem, munido de especificações advindas da própria estratificação de idade, teve sua situação

agravada pela condição particular do mercado, situação essa que será melhor demonstrada nos tópicos subsequentes.

Base de dados e procedimentos metodológicos

Para aprofundar a análise e caracterizar de maneira mais precisa a população jovem. O presente estudo analisa duas regiões metropolitanas do Centro-Oeste⁴, em específico, a Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá (RMVRC) e a Região Metropolitana de Goiânia (RMG). É importante destacar que a literatura regional disponível para ambas as regiões é escassa, tanto para o público juvenil quanto para ambas as regiões de análise, uma importante lacuna de estudos regionais. Posto isso, para suprir parte desta lacuna de informações analíticas, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc), para os anos de 2020 e 2021, disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) são empregadas neste estudo.

Os microdados da PNADc são selecionados para abranger a faixa etária dos jovens, compreendendo indivíduos de 14-29 anos, classificados por gênero (homem e mulher), categoria de empregos formal e informal e grupo de grandes atividades a saber: Agricultura, Indústria, Construção, Comércio, Transporte, Alojamento, Setor Financeiro, Setor Público, Educação, Serviços Domésticos e Outros Serviços. A análise é realizada com base na estatística descritiva, que, conforme Bruni (2007) é a ferramenta que permite o manuseio dos dados para descrevê-los sem inferir qualquer aspecto que ultrapasse as informações relatadas nos próprios dados, estas estatísticas descritivas podem ser apresentadas de forma clara e acessível por meio de tabelas e gráficos.

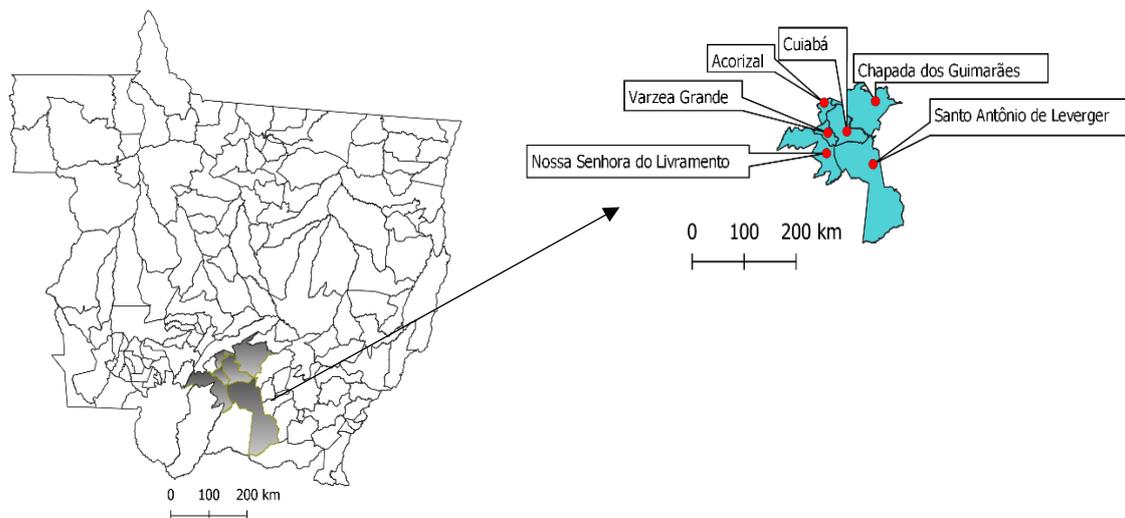
Os microdados da PNADC trimestral foram, primeiramente, agrupados em dados anuais para 2020 e 2021 e, posteriormente, analisadas para as regiões metropolitanas do Centro-Oeste. Ainda, algumas separações de informações foram realizadas para que o cruzamento de dados fosse possível, a saber: i) classificação por gênero, (ii) classificação para a população economicamente ativa (PEA), (iii) ocupados e desocupados e fora da força de trabalho;(iv) ocupação por categoria de grandes atividades; (v) faixas de escolaridade e (vi) faixas de renda. Os resultados são apresentados na seção a seguir.

Resultados e discussões

De acordo com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Mato Grosso, [2022])¹, a RMVRC de Mato Grosso é composta por seis cidades. Os municípios de Acorizal, Chapada dos Guimarães, Cuiabá, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antônio de Leverger e Várzea Grande. Cuiabá, a capital, e Várzea Grande destacam-se como os mais populosos da região, abrigando aproximadamente um milhão de habitantes. Em contrapartida, os municípios vizinhos que compõem a região não ultrapassam a marca de 20 mil residentes, de acordo com as estimativas populacionais do IBGE ([2021]). A delimitação geográfica da região pode ser visualizada na Figura 1, que ilustra o mapa do Estado de Mato Grosso e a localização geográfica da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá.

⁴ A região metropolitana de Campo Grande não consta nos microdados da PNAD contínua.

Figura 1 - Mapa do Mato Grosso e a localização da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá (RMVRC)



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados geográficos do IBGE (2022).

Em 2010, a população da RMVRC era de 857.103 habitantes, e em 2021, essa estimativa atingiu 972.108 habitantes, conforme dados do IBGE (2022). Isso representa um crescimento de 13,4% ao longo desse período. Além disso, segundo dados do IBGE ([2021]), o Produto Interno Bruto (PIB) do Mato Grosso, considerando valores correntes, foi de R\$ 56.601 bilhões em 2010 e de R\$ 142.122 bilhões em 2019⁵.

A Tabela 1 apresenta informações importantes sobre os trabalhadores formais nos municípios da RMVRC. Em Acorizal, por exemplo, o salário médio mensal dos trabalhadores formais era equivalente a 3,4 salários-mínimos e a população ocupada representava 9,5% dos habitantes. No município de Chapada dos Guimarães, o salário médio era de 2,4 salários-mínimos, e a proporção da população ocupada chegava a 14,1%, sendo o PIB per capita de R\$36.303,00 para 2019.

Na capital, Cuiabá, com a maior concentração populacional da região, observa-se o mais elevado salário médio no emprego formal entre os municípios, equiparado a 3,9 salários-mínimos, com uma significativa taxa de ocupação de 44,6%. Adicionalmente, o PIB per capita de Cuiabá em 2019 alcançou R\$ 40.199,00. As informações para o restante dos municípios que compõem a RMVRC estão descritas na Tabela 1.

Cabe ressaltar que o município de Várzea Grande, mesmo sendo o segundo município de maior população da região, apresentava um salário médio mensal dos trabalhadores formais correspondente a 2,2 salários-mínimos e uma taxa de 19,7% de ocupação, o que não divergiu dos dados coletados para outros municípios menores, como os municípios de Nossa Senhora do Livramento e Santo Antônio do Leverger. De um modo geral, os dados exemplificam certa uniformidade, em termos médios, nas variáveis renda e população ocupada, o que sugere a necessidade de ampliar a investigação sobre as diferenças municipais dentro da região metropolitana.

⁵ Último dado disponível até o fechamento do artigo.

Tabela 1 - Especificação Populacional da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá

Município	População Estimada 2021	Salário mínimo (médio)	População ocupada	PIB per capita 2019
Acorizal	5.309	3,4	9,5%	15.620,21
Chapada dos Guimarães	22.521	2,4	14,1%	36.303,00
Cuiabá (Capital)	623.614	3,9	44,6%	40.199,11
Nossa Senhora do Livramento	13.093	2,1	10,7%	22.758,27
Santo Antônio de Leverger	17.188	2,1	12,8%	25.766,61
Várzea Grande	290.383	2,2	19,7%	30.166,68

Fonte: Adaptado pela autora com base nos dados geográficos do IBGE (2022).

O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (Mato Grosso, 2017) da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá foi desenvolvido tendo como base de dados censitários disponibilizados no Censo Demográfico do IBGE (2010). O PDDI (Mato Grosso, 2017) destaca que a região RMVRC é predominantemente urbana, abrigando cerca de 95% da população. Porém, há uma discrepância devido ao tamanho populacional dos municípios de Cuiabá e Várzea Grande, que lhes confere um peso maior em população urbana em detrimento da população rural que está mais concentrada nos municípios vizinhos.

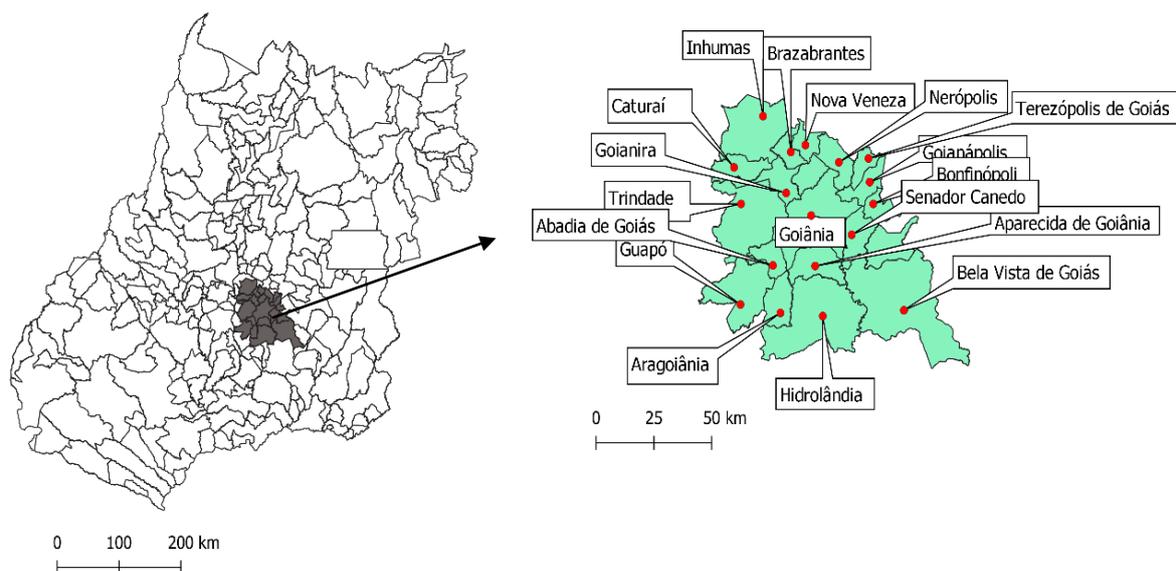
Ao analisar o perfil municipal das cidades, exceto Várzea Grande e Cuiabá, os dados do PDDI (Mato Grosso, 2017) destacam que o peso maior é atribuído à população rural, como é o caso de Nossa Senhora do Livramento e Santo Antônio de Leverger, em que mais da metade da população se encontra na área rural.

O PDDI (Mato Grosso, 2017) também destaca que nas cidades menores da RMVRC, o público juvenil se concentrava nas faixas de 10 a 19 anos, divergindo de municípios de maior amplitude populacional, como Cuiabá e Várzea Grande, em que a maior parte do público jovem se encontrava na faixa-etária dos 20 a 29 anos de idade. Entretanto, uma terceira variável observada no estudo é o alto nível da razão de dependência (inativos dependentes de ativos) da região. Em 2010, a razão de dependência era de 41% indicando a existência de um alto nível de pessoas dependentes da população ativa.

Em relação ao perfil econômico da região, dados do relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2015) mostram que os municípios de Cuiabá e Várzea Grande, têm suas economias voltadas ao comércio, indústria e prestação de serviços, enquanto os outros municípios que compõem a região apresentam uma economia pautada no turismo, pesca e agropecuária.

A segunda região comparativa deste estudo é a Região Metropolitana de Goiânia (RMG), que é constituída por 20 municípios, e corresponde a mais que o triplo do quantitativo de municípios da RMVRC. Os municípios que integram a RMG são: Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabranes, Caldazinha, Caturaí, Goianópolis, Goiânia, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Nova Veneza, Nerópolis, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Terezópolis de Goiás e Trindade. A RMG é ilustrada na Figura 2 que apresenta o mapa de Goiás e a localização geográfica da região metropolitana de Goiânia.

Figura 2 - Mapa de Goiás e a localização da Região Metropolitana de Goiânia



(RMG)

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados geográficos do IBGE (2022).

De acordo com as informações do Observatório do Mundo do Trabalho (OMT, 2013), a região RMG era composta por 11 municípios até a chegada da Lei Complementar nº 78 de 2010, em que foi moldada a região com vinte cidades na composição. Os dados do IBGE (2010) mostram que a RMG possuía um total de 2.173.141 mil habitantes em 2010 passando para 2.518.775 em 2018, informação semelhante ao do relatório do Fórum Nacional de Entidades Municipais (FNEM) que também evidenciou este aumento populacional entre 2018 e 2010 (FNEM, [2022]). Neste ponto, é possível observar as primeiras desigualdades regionais entre as duas microrregiões de análise: quantitativo no número de municípios e nos dados populacionais.

Conforme informações do Observatório do Mundo do Trabalho (OMT, 2013), um dos traços distintivos da RMG em relação à sua população é que 98,02% dela reside em áreas urbanas, enquanto apenas 1,98% estão localizadas em áreas rurais. Além disso, a população feminina supera moderadamente a masculina, com 51,54% em comparação com os 48,46% dos homens. É notável também que mais da metade da população da microrregião (59,91%) está concentrada no município de Goiânia.

Goiânia é a cidade mais populosa da RMG (Tabela 1), contendo um total de 1.555.626 habitantes, salário médio equiparável à 3,3 salários mínimos, com uma população ocupada de 43,6% e PIB per capita, para o ano de 2019, de R\$34.901,35. A segunda cidade mais populosa da região é o município de Aparecida de Goiânia com 601.844 habitantes, um pouco menos da metade de Goiânia. O município de Aparecida contém um salário médio comparável a 2,0 salários-mínimos, população ocupada de 20,8% e um PIB per capita de R\$24.855,27 para o ano de 2019.

Considerando o maior salário médio em relação às outras cidades, destaca-se Santo Antônio de Goiás, com uma média de 4,0 salários-mínimos, o que representa o mais elevado nível salarial, até mesmo superando a capital. Apesar de sua população relativamente pequena, com 6.593 habitantes, o município registra uma taxa de ocupação de 43,4% e um PIB per capita de R\$ 21.641,28. Logo após Goiânia, Bela

Vista de Goiás surge com uma média salarial de 2,5 salários-mínimos, abrigando uma população de 31.004 habitantes. A taxa de ocupação na cidade é de 19,8%, e o PIB per capita atinge R\$ 35.534,24.

Por outro lado, a cidade de Brazabrantes apresenta o menor salário médio, com uma média de 1,6 salários-mínimos, o que coincide com sua população reduzida de 3.812 habitantes. A taxa de ocupação em Brazabrantes é de 10,6%, e o PIB per capita alcança R\$ 30.317,09. A cidade com menor população ocupada é a cidade de Bonfinópolis, com 10.120 habitantes, salário médio equivalente a 1,8 salários-mínimos e com 9,0% da população ocupada e PIB per capita de R\$10.551,56.

Os dados dos demais municípios estão descritos na Tabela 2, sendo possível verificar que apesar de fazerem parte de uma mesma região, as cidades têm um perfil muito específico as diversidades regionais precisam ser levadas em consideração no planejamento urbano e na formação de políticas regionais.

Diante do contexto de incertezas gerado pela pandemia da Covid-19 nos anos de 2020 e 2021, diversos setores econômicos em todo o país foram impactados, o que repercutiu no mercado de trabalho.

Tabela 2 - Especificação Populacional da Região Metropolitana de Goiânia

Municípios	População Estimada 2021	Salário mínimo (médio)	População ocupada	PIB per capita 2019
Abadia de Goiás	9.158	1,8	22,6%	23.061,21
Aparecida de Goiânia	601.844	2,0	20,8%	24.855,27
Aragoiânia	10.680	1,7	10,8%	12.736,22
Bela Vista de Goiás	31.004	2,5	19,8%	35.534,24
Bonfinópolis	10.120	1,8	9,0%	10.551,56
Brazabrantes	3.812	1,6	10,6%	30.317,09
Caldazinha	3.900	1,9	10,6%	14.244,03
Caturai	5.132	1,8	10,5%	14.367,63
Goianópolis	11.217	1,9	17,0%	19.434,09
Goiânia (Capital)	1.555,626	3,3	43,6%	34.901,35
Goianira	46.278	1,9	13,8%	19.445,38
Guapó	14.206	1,8	11,9%	18.002,28
Hidrolândia	22.536	2,0	25,0%	50.471,59
Inhumas	53.655	1,7	20,8%	21.386,78
Nova Veneza	10.193	1,8	15,6%	14.997,68
Nerópolis	30.931	2,0	25,0%	27.068,20
Santo Antônio de Goiás	6.593	4,0	43,4%	21.641,28
Senador Canedo	121.447	2,4	17,2%	32.541,96
Terezópolis de Goiás	8.326	1,9	13,9%	23.305,50
Trindade	132.006	2,0	13,8%	17.333,95

Fonte: Adaptado pelas autoras com base nos dados geográficos do IBGE (2022).

Neste cenário, a população jovem, compreendida entre os 14 e 29 anos, é considerada mais suscetível às mudanças na dinâmica do mercado de trabalho e, como resultado, durante períodos de adversidade econômica é a faixa de idade mais afetada, conforme descrito em Borges (2014), que advoga que a faixa etária jovem é

que mais se precariza quando um país enfrenta recessões e/ou situações de adversidades produtivas.

Os dados da PNADC apontam que no ano de 2020 cerca de 57% da população jovem era do sexo feminino, superior ao sexo masculino com 43% do total de jovens no país, resultado não distinto para o ano de 2021. Em relação aos dados de raça⁶ e ocupação⁷ identificou-se que, para a RMVRC, o ano de 2020 apresentou 35,91% da população na faixa etária jovem, enquanto para o ano de 2021 esse percentual aumentou para 36,35%. Em comparativo racial, verifica-se um pequeno aumento de 1,03 pontos percentuais (1,03 p.p) da população jovem branca da região do ano de 2020 para 2021, enquanto a população não branca registrou diminuição de -0,38 p.p. Os dados completos são demonstrados na Tabela 3.

Na RMG houve uma ligeira redução no percentual de população jovem entre 2020 e 2021, correspondendo a -0,44 p.p. Quanto às características raciais, ao contrário do visualizado na RMVRC, a população branca apresentou redução de -1,21 p.p na população branca e um aumento de 0,38 p.p na população não branca (Tabela 3).

Tabela 3 - Perfil Racial e de Ocupação dos Jovens das Regiões Metropolitanas

Região	PERFIL RACIAL JUVENIL				PERFIL DE OCUPAÇÃO JUVENIL			
	Branco		não branco		Ocupados		Não ocupados	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021
RMVRC	25,21%	26,42%	40,09%	39,71%	80,36%	75,24%	19,64%	24,76%
RMG	74,79%	73,58%	59,91%	60,29%	83,30%	78,16%	16,70%	21,84%

Fonte: Extraído pelas autoras com base nos dados PNADc (IBGE, 2020, 2021).

Silva e Oliveira (2020), indicam que o ano de 2020 foi o ano inicial do pico de contaminações e consequências da pandemia mundial de Covid-19 para o Brasil e o resto do mundo, com aumentos relativos de casos a partir do mês de março e abril. Considerando as duas regiões de pesquisa, os dados demonstraram que 80,36% da população jovem encontrava-se ocupada em 2020 e 75,24% em 2021 na RMVRC, e de 83,30% em 2020 para 78,16% em 2021 na RMG.

Os dados mostram que houve redução na ocupação do público jovem na média de 5 p.p nas duas regiões metropolitanas, o que é condizente com a teoria e os trabalhos empíricos levantados em relação ao público jovem ser susceptível a mudanças na dinâmica do emprego, como os estudos de Pedroso e Gisi (2020); Borges (2014) e OIT (2020).

Outros dois indicativos são considerados em meio ao público jovem dentro destas regiões, a saber: i) formalidade e informalidade do trabalho exercido e ii) a frequência escolar deste público juvenil (Tabela 4). Os dados indicam que, entre 2020 e 2021, a RMVRC apresentou uma queda na informalidade por parte dos jovens.

⁶ Cor ou raça da população brasileira é medida com base na autodeclaração. Ou seja, as pessoas são perguntadas sobre sua cor de acordo com as opções: branca, não branca (preta, parda, indígena ou amarela) IBGE (2022).

⁷ Ocupados: pessoas que, na semana em que a pesquisa foi feita, tinham trabalhado durante todo ou parte do período. Desocupados: as pessoas não ocupadas nesse período, que tomaram alguma providência efetiva para conseguir um trabalho no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para iniciar um trabalho na semana de referência. Também as pessoas não ocupadas e disponíveis para iniciar um trabalho na semana de referência que, no entanto, não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias porque já haviam conseguido trabalho para começar após a semana de referência (IBGE, [2023]).

Entretanto, na RMG ocorreu o oposto, se verificou aumento de quase 5 p.p na participação de jovens no emprego informal. Isto significa que os jovens, diante das dificuldades e barreiras enfrentadas, sejam pela segmentação do mercado de trabalho, quanto pelas consequências da crise sanitária, deixaram as relações trabalhistas predominantes nas economias centrais para imergir em trabalhos informais, ou até mesmo o desemprego/inatividade, o que justifica a redução de jovens dentro do perfil de ocupação formal da RMG.

Em relação às relações de trabalho, Guimarães (2013) verificou que os jovens enfrentam desafios ao ingressar no mercado de trabalho, seja pela dificuldade inerente a profissão, falta de experiência, falta de qualificação, o que torna a aceitação por empregos não formais; como trabalhos por subcontratados, empregos temporários e mão de obra terceirizada, mais susceptíveis. Estas situações foram verificadas na RMG com aumento de 5 p.p de jovens no mercado informal entre 2020 e 2021.

Outra perspectiva importante e que pode sugerir as razões do aumento da formalidade na RMVRC precisa ser considerada. De acordo com relatório do governo do Mato Grosso (2021), o Estado se destacou em termos de contratações, quando comparado as demais regiões do país, devido ao sucesso do agronegócio na região. Entretanto, vale ressaltar que a redução da informalidade não está relacionada apenas a mais trabalhadores no mercado.

A redução também pode ser associada ao aumento da perda de ocupação por parte destes trabalhadores informais no período anterior, os quais foram os primeiros a serem afetados pela pandemia. Posto isso, é necessário considerar o tempo de alocação no mercado de trabalho do público jovem, que tende a divergir entre os demais públicos, e pode ser sido afetado mais severamente no cenário de pandemia. Este tempo de alocação no emprego, formal e informal, pode ser associada a elevada taxa de rotatividade do jovem no mercado de trabalho, fator explicado nos estudos de Guimaraes (2013, 2021); Pedroso e Gisa (2020) e Silva e Vaz (2022) que evidenciam que a taxa de rotatividade no emprego juvenil é maior do que nos demais públicos.

Em relação à condição educacional, os dados evidenciaram que houve uma redução de aproximadamente 3 p.p na frequência escolar da RMVRC entre 2020 e 2021, enquanto na RMG a redução foi de -0,55 p.p. Com a pandemia, escolas e universidades tiveram que se adaptar a modalidade virtual (EAD) de ensino a distância. Considerando este último ponto, torna-se esperado que regiões metropolitanas, como a de Goiânia, sejam menos afetadas pela própria condição socioeconômica da região. Por outro lado, na RMVRC, a maioria das cidades apresentam quantitativo populacional reduzido e infraestrutura educacional e logística precárias, com perfil predominantemente rural e menor capacidade de adaptação rápida ao ensino à distância.

Faro e Ferrarini (2021) observam que a escolaridade é um fator direto de melhoria na qualificação e, por sua vez, impacta positivamente no ingresso dos jovens ao mercado de trabalho, favorecendo a obtenção de empregos formais e a redução da rotatividade. Todavia, pela dificuldade em se conciliar os estudos com emprego e à necessidade de se obter renda, o abandono do estudo torna-se comum entre os jovens.

A pandemia, ao forçar a transição para o ensino virtual, afetou de forma menos intensiva a frequência escolar na RMG comparativamente a RMVRC. Uma possível razão para este fato, pode ser à limitação institucional, logística, estrutura e material da RMVRC comparativamente a RMG. Essa realidade exacerbada, pelo cenário de

Covid-19, ressalta a importância de se investir na educação desses jovens de maneira contínua e por meio de políticas públicas regionais, a fim de proporcionar a eles uma qualificação mais sólida. Diante desta discussão, os dados da Tabela 4 mostram, todos os valores percentuais, sobre a condição de formalidade juvenil e se estes frequentavam a escola, em 2020 e 2021, nas duas regiões metropolitanas analisadas.

Tabela 4 - Condição de formalidade e frequência escolar das Regiões Metropolitanas

Região	CONDIÇÃO FORMALIDADE JUVENIL				FREQUENTA A ESCOLA JUVENIL			
	Formal		Informal		Frequenta a Escola		Não Frequenta a Escola	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021
RMVRC	52,90%	55,04%	47,10%	44,96%	27,24%	24,69%	72,76%	75,31%
RMG	57,58%	52,84%	42,42%	47,16%	23,71%	23,16%	76,29%	76,47%

Fonte: Extraído pelas autoras com base nos dados PNADC (IBGE, 2020, 2021).

Os dados da PNADC mostram informações sobre a atividade exercida dentro do mercado de trabalho juvenil, o que é informado para cada região na Tabela 5. Para o setor agrícola (pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura), a RMVRC no período comparativo de 2020 para 2021 obteve um aumento de 1,98 p.p de jovens inseridos neste setor enquanto, para a RMG o aumento foi de 1,24 p.p.

O setor industrial, indústria em geral, apresentou queda de -0,5 p.p para a região RMVRC e aumento de 1,44 p.p. na RMG em relação a participação dos jovens neste setor. Quanto à área da construção, destacou-se um aumento de 3,02 p.p na RMVRC e de 0,81 p.p na RMG. Vale ressaltar que o setor da construção civil, assim como a agricultura, sofreu um impacto limitado pela crise, devido a fatores econômicos favoráveis, como a redução das taxas de juros e incentivos ao financiamento imobiliário.

Para o setor de comércio, identificou-se redução na participação juvenil de -1,95 p.p para a RMVRC e de -7,2 p.p na RMG. De um modo geral, a RMG é uma região mais dinâmica do mercado de trabalho do que a RMVRC devido ao contingente de municípios que a integra, logística, quantitativo populacionais e outros, entende-se que esta atividade tenha sido mais afetada na RMG do que RMVRC devido a facilidade de mobilidade de fatores entre as regiões, e, especialmente, no quantitativo de estabelecimentos enquadrados como atividades de comércio, o que pode contribuir para as diferenças nas dinâmicas regionais entre as duas regiões metropolitanas..

Na pesquisa de Faro e Ferrarini (2021) foi verificado que o comércio é setor que mais emprega os jovens. Entretanto, segundo as autoras, foi a atividade que apresentou o maior nível de informalidade na região Centro Oeste, cerca de 40% entre 2018-2019. Dessa forma, os dados da Tabela 5, mostram a importância da atividade de comércio como setor que mais emprega os jovens nas duas regiões metropolitanas estudadas. No entanto, nos anos do cenário de pandemia, houve redução da participação deste setor, entre 2020 e 2021, revelando que impacto do *lockdown* foi negativo na geração de emprego neste setor, consequentemente, no público jovem também.

O setor de transporte, inclui serviços de armazenagem e correios, registrou uma redução de participação de -2,36 p.p para a RMVRC e de -0,3 p.p para a RMG. Para o setor de alojamento e alimentação, que abrange a rede de hotelaria e serviços de comida de fluxo de atendimento rápido, foi uma das áreas que apresentou aumento no período da pandemia. A RMVRC expandiu 1,45 p.p neste setor em 2021 comparativamente ao ano de 2020. No entanto, na RMG o aumento foi de 0,2 p.p. Este resultado pode estar associado ao perfil regional de RMG que semelhante ao resultado para o setor de comércio, apresenta maior rede hoteleira quando comparado a região de RMVRC, bem como às preferências do consumidor local.

O setor financeiro abrange atividades relacionadas à informação, comunicação, imobiliárias, áreas profissionais e administrativas. Para este setor, os resultados mostraram que na RMVRC sofreu um impacto negativo, com uma redução de -5,33 p.p na participação dos jovens nesse setor, enquanto a RMG não sentiu esse impacto, registrando um aumento de 4,39 p.p, entre 2020 e 2021. No que diz respeito ao Setor Público, que inclui defesa e seguridade social, ambas as regiões apresentaram resultados positivos, com um aumento de 0,82 p.p na primeira região analisada e 0,97 p.p na segunda. Todos os dados apresentados setorialmente estão detalhados para ambas as regiões na Tabela 5.

Tabela 5 - Tipo de Atividade Exercida pelos Jovens no Mercado de Trabalho por região de análise.

ATIVIDADES	RMVRC 2020	RMVRC 2021	RMG 2020	RMG 2021
Agricultura	2,51%	4,49%	1,70%	2,94%
Industria	6,37%	5,87%	12,86%	14,30%
Construção	5,86%	8,88%	5,08%	5,89%
Comercio	36,30%	34,35%	31,10%	23,90%
Transporte	5,79%	3,43%	5,48%	5,18%
Alojamento	7,12%	8,57%	5,61%	5,81%
Financeiro	16,57%	11,24%	16,03%	20,42%
Setor Público	4,06%	4,88%	2,94%	3,97%
Educação	4,80%	6,85%	7,85%	7,37%
Doméstico	1,82%	3,04%	3,54%	1,58%
Outros	8,80%	8,40%	7,80%	8,64%

Fonte: Extraído pelas autoras com base nos dados PNADC (IBGE, 2020, 2021).

No setor de Educação, que engloba saúde humana e serviços sociais, a RMVRC registrou um aumento considerável de 2,05 pontos percentuais na participação dos jovens, enquanto a RMG apresentou redução de -0,48 p.p. O setor de serviços domésticos também apresentou resultados opostos nas regiões estudadas. Para este setor, a região RMVRC apresentou expansão de 1,22 p.p, enquanto, a RMG reduziu a participação dos jovens em -2,06 p.p nesse mercado.

Para complementar a análise, é importante considerar o nível de renda que esses jovens obtiveram ao trabalhar nestas regiões nos dois anos considerados, 2020 e 2021. De acordo com a Tabela 6, se observou uma elevada participação dos jovens na faixa salarial que engloba de 1 a 2 salários-mínimos, enquanto os dados revelaram um percentual praticamente inexistente (ou nulo, como é o caso da RMVRC) em 2020 para rendimentos acima de 10 salários-mínimos.

Entre os anos de 2020 e 2021, a RMVRC apresentou redução do percentual de jovens na faixa salarial de até um salário-mínimo de -3,92 p.p e expansão de 1,17 p.p na RMG. O recebimento de 1 a 2 salários-mínimos é o de maior percentual da participação juvenil em ambas as regiões. No entanto, a RMVRC apresentou expansão de 1,88 p.p enquanto a RMG queda de -0,93 p.p. As alterações salariais foram observadas em todas as faixas nas duas regiões para os dois períodos considerados. Entretanto, a faixa de 1 a 2 salários-mínimos é a faixa de maior concentração do público juvenil.

Estes dados vão ao encontro do estudo de Thomé, Telmo e Koller (2010) ao constataram que os jovens obtêm salários reduzidos, e em muitas situações os rendimentos são inferiores a 1 salário-mínimo. Outro ponto relevante identificado pelos autores é a perspectiva de trabalho por parte dos jovens, que frequentemente encaram o trabalho como uma ocupação formal e contratual na sociedade salarial. Mas, que por inúmeras vezes, especialmente, no público jovem, a natureza do trabalho é frágil e precária.

Tabela 6 - Percentual de Faixa de Rendimento dos Jovens por Região de Análise

	RMVRC 2020	RMVRC 2021	RMG 2020	RMG 2021
Até 1 Salário Mínimo	16,26%	12,34%	12,94%	14,09%
De 1 a 2 Salários Mínimos	61,25%	63,13%	63,50%	62,57%
De 2 a 5 Salários Mínimos	19,47%	21,21%	19,97%	18,09%
De 5 a 10 Salários Mínimos	3,02%	1,88%	2,52%	3,52%
Acima de 10 Salários Mínimos	0%	1,43%	1,07%	1,73%

Fonte: Extraído pelas autoras com base nos dados PNADC (IBGE, 2020, 2021).

Apesar de um aumento, mesmo que relativamente baixo, em termos percentuais na participação dos jovens em faixas salariais mais elevadas (acima de 5 salários-mínimos, por exemplo), essa participação ainda permanece bastante limitada e inferior a 2%. A literatura de segmentação de mercado de trabalho evidencia a importância da qualificação profissional para o incremento da renda. Ainda, é necessário considerar novas formas de atividades econômicas, com destaque para o setor de serviços e o papel da utilização de novas tecnologias para a difusão do conhecimento.

Além disso, o que apresenta maior inquietação é o fato de que, de acordo com os dados obtidos pela PNADC para ambas as regiões, dentro do período de análise, uma boa parte destes jovens, entre 20 a 29 anos, desempenharam o papel de chefes de famílias, ou seja, são os principais provedores de recursos de uma família. Os dados apontam que no ano de 2021, na Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá, cerca de 39,9% dos jovens já eram chefes de família, enquanto, para a Região Metropolitana de Goiânia o resultado encontrado foi de 44,97% dos jovens. Isso sugere que a maioria destas famílias depende predominantemente de rendimentos situados na faixa de um a dois salários-mínimos.

Desta forma, é importante ressaltar que este trabalho não teve como objetivo abordar todas as peculiaridades do público jovem, nem esgotar todas as desigualdades existentes em ambas as regiões metropolitanas. No entanto, é evidente que os impactos da pandemia foram intensificados no grupo etário juvenil,

que já se encontrava fragilizado no mercado de trabalho. Além disso, os dados mostram que as diferenças regionais são importantes e devem ser consideradas na formulação adequada de políticas públicas.

Considerações finais

O presente estudo apresentou e discutiu aspectos sobre o emprego jovem para as regiões metropolitanas do Vale do Rio Cuiabá, localizada no Estado do Mato Grosso, e a região metropolitana de Goiânia, localizada no Estado de Goiás, ambas pertencentes ao Centro-Oeste. A inquietação do estudo teve como base o problema de pesquisa o cenário de Pandemia da Covid-19 e como este afetou o emprego juvenil nas duas regiões localizadas no Centro-Oeste nos anos de 2020 e 2021?

Dentro da análise realizada, pode-se constatar que a pandemia trouxe malefícios ao público juvenil. Porém, assim como apontado em teoria, a pandemia foi apenas um agravador de uma situação já preexistente. Os jovens analisados nas duas regiões metropolitanas apresentam um perfil diferente em termos de alocação setorial laboral, faixas de renda e em consequência, os impactos em tempos de crise divergiam entre os setores nas regiões.

Uma importante desigualdade no mercado de trabalho jovem pode ser visualizada no setor de mercado financeiro, que é uma atividade que requer maior nível de estudo e especialização. A região metropolitana do Vale de Cuiabá, devido à estrutura socioeconômica, composta em sua maioria por municípios com reduzida concentração populacional urbana e um perfil predominantemente rural, foi a mais afetada no que diz respeito à educação.

Por outro lado, a região metropolitana de Goiás, que possui um perfil populacional mais robusto e municípios com estruturas socioeconômicas geralmente mais sólidas em comparação com ao Vale do Rio Cuiabá, apresentou uma redução menor na desistência de jovens em relação aos estudos, o que pode ter se refletido no aumento da inserção desses jovens no mercado financeiro.

Os dados apontados para as duas regiões apenas reforçam a diferença regional existente dentro do país. A segmentação enfrentada por estes jovens, a falta de incentivo ao estudo e de condições para qualificação, a inserção dos jovens em mercados de baixos salários e de elevada rotatividade no emprego aumentam a vulnerabilidade desta parcela da população. Sendo assim, é esperado que em tempos de crise econômicas, crises sanitárias ou qualquer outra adversidade, causará maiores impactos no mercado de trabalho do público jovem.

A discrepância entre as regiões estudadas, incluindo a estrutura dentro dos municípios que compõem essas regiões, abrangendo fatores como tamanho populacional, estrutura econômica, tipos de serviços disponíveis, níveis de educação e renda, destaca a necessidade de abordagens mais abrangentes para apoiar os jovens. Nesse contexto, as políticas públicas de desenvolvimento e incentivo podem produzir resultados positivos ao considerar essas diferenças. A falta de medidas que levem em conta as dificuldades e o contexto local podem impactar diretamente no desenvolvimento dos jovens no mercado de trabalho. Isso ocorre porque a base fundamental, composta por educação, moradia e saúde, desempenha um papel crucial na formação dos indivíduos, reduzindo as barreiras que eles enfrentam no mercado de trabalho no futuro.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, F. R. B. Desigualdades e pandemia de COVID-19: contribuições para o debate sobre as particularidades sócio-históricas, educacionais e das juventudes do Brasil. **Dialogia**, n. 39, p. 1-14, set./dez. 2021.

BARBOSA, F. de H. A crise econômica de 2014/2017. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 31, p. 51-60, 2017.

BEZERRA, V. de L.; ANJOS, T. B. dos; SOUZA, L. E. S. de; ANJOS, T. B. dos; VIDAL, A. M.; SILVA JÚNIOR, A. A. da. SARS-CoV-2 como agente causador da COVID-19: Epidemiologia, características genéticas, manifestações clínicas, diagnóstico e possíveis tratamentos. **Brazilian Journal of Health Review**, São José dos Pinhais, v. 3, n. 4, p. 8452-8467, 2020.

BIAGIONI, D. Determinantes da mobilidade por classes sociais: teoria do Capital Humano e a teoria da segmentação do mercado de trabalho. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 15., Caxambu, 2006. **Anais [...]**. Caxambu: ABEP, 2006. p. 1-19.

BORGES, B. K. Situação do mercado de trabalho juvenil nas principais regiões metropolitanas do país: breve análise. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 101-108, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. **Paniel Coronavírus**. Brasília, DF: MS, [2023]. Dispositivo online. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 17 de dezembro de 2023.

BRUNI, A. L. **Estatística aplicada à gestão empresarial**. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

CAMACHO, A. C. L. F.; JOAQUIM, Fabiana Lopes; MENEZES, H. F. de SANT' ANNA, R. M. A tutoria na educação à distância em tempos de COVID-19: orientações relevantes. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 9, n. 5, p. 1-12, 2020.

DOERINGER, P. B.; PIORE, M J. **Internal labor markets and manpower analysis**. Lexington: Heath Lexington Books, 1971.

FARO, K. C.; FERRARINI, A. dos S. F. Emprego juvenil nas grandes regiões brasileiras: comparativo da reforma trabalhista (2017) com base nos microdados trimestrais da PNAD. *In*: ENCONTRO DA ABET, 27., 2021, Uberlândia. **Anais [...]**. Uberlândia: UFU, 2021.

FNEM – FORÚM NACIONAL DE ENTIDADES METROPOLITANAS. **Região Metropolitana de Goiânia (GO)**. São Paulo: FNEM, [2022]. Disponível em: <https://fnembrasil.org/regiao-metropolitana-de-goiania-go/>. Acesso em: 15 fev. 2022.

GUIMARÃES, N. A. Apresentação: os jovens brasileiros e o trabalho: desafios que se atualizam. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 39, p. 465-473, 2021.

GUIMARÃES, N. A. **Trajetórias juvenis**: um novo nicho em meio à expansão das oportunidades de trabalho? Fortaleza: Editora IDT, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/cultura-recreacao-e-esporte/9662-censo-demografico-2010.html>. Acesso em 5 de outubro de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Contas regionais**. Rio de Janeiro: IBGE, [2021]. Disponível em: Contas Regionais do Brasil | IBGE . Acesso em: 13 maio 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Glossário**. Rio de Janeiro: IBGE, [2023]. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Mensal/glossario_pnadc_mensal.pdf. Acesso em: 23 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Malha municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: Malha Municipal | IBGE. Acesso em: 10 mar. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Microdados/2020. Acesso em: 16 maio 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA -IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Microdados/2021. Acesso em: 20 maio 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Síntese dos indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>. Acesso em: 25 maio 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA.. **Governança Metropolitana no Brasil**: relatório de pesquisa. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/governanca_metropolitana/150814_relatorio_arranjos_valeriuiba.pdf. Acesso em: 20 jul. 2022.

LIMA, R. Mercado de trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 217-272, 1980.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística. **Atuação**. Cuiabá: SINFRA, [2022]. Disponível em: https://www.sinfra.mt.gov.br/sobre_regiao_metropolitana. Acesso em: 5 fev. 2022.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística. **Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá**. Cuiabá: SINFRA, 2017. Disponível em: <https://www.sinfra.mt.gov.br/pddi#:~:text=O%20Plano%20Diretor%20de%20Desenvolvimento,Acorizal%20e%20Chapada%20dos%20Guimar%C3%A3es>. Acesso em: 25 abr. 2022.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Trabalhadores jovens serão duramente atingidos pelas consequências econômicas da COVID-19**. Brasília: OIT, 2020. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_741875/lang--pt/index.htm. Acesso em: 20 maio 2022.

OMT - OBSERVATÓRIO DO MUNDO DO TRABALHO. **Estudo da Região Metropolitana de Goiânia**: estudos e pesquisas econômicas, sociais e educacionais sobre a região metropolitana de Goiânia. Goiânia: IFG, 2013. Disponível em: https://www.ifg.edu.br/attachments/article/493/regiao_metropolitana_de_goiania.pdf. Acesso em: 12 abr. 2022.

PEDROSO, P. R.; GISI, M. L. A pandemia–Covid 19 e os impactos na juventude: educação e trabalho. **Revista Práxis**, Volta Redonda, v. 12, n. 1, p. 185-194, jan./abr. 2020. Suplemento.

REICH, M.; GORDON, D. M.; EDWARDS, R. C. A theory of labour market segmentation. **The American Economic Review**, Nashville, v. 63, n. 2, p. 359-365, May 1973.

SILVA, D. F.; OLIVEIRA, M. L. C. Epidemiologia da COVID-19: comparação entre boletins epidemiológicos. **Comunicação Em Ciências Da Saúde**, Brasília, v. 31, p. 61-74, 2020.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; VAZ, Fábio Monteiro. os jovens que não trabalham e não estudam no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil. *In*: SILVA, Sandro Pereira; CORSEUIL, Carlos Henrique; COSTA, Joana Simões. Impactos da pandemia de Covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil. Brasília, DF: IPEA, 2022. cap. 15, p. 336-354. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/12216>. Acesso em 10 de março de 2023

SORENSEN, A. B. The structural basis of social inequality. **American Journal of Sociology**, v. 101, n. 5, p. 1333-1365, 1996

SOUZA, M. C. C. de. Mercado de trabalho: abordagens duais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 59-69, 1978.

SOUZA, G. B. P.; LORETO, M. das D. S. de; REIS, L. P. C. Crise dentro da crise: a inserção laboral juvenil e sua configuração no contexto do novo coronavírus. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, Viçosa, v. 32, n. 1, p. 90-108, 2021.

THOMÉ, L. D.; TELMO, A. Q.; KOLLER, S. H. Inserção laboral juvenil: contexto e opinião sobre definições de trabalho. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 20, p. 175-185, 2010.

VIETORISZ, T.; HARRISON, B. Labor market segmentation: positive feedback and divergent development. **The American Economic Review**, Nashville, v. 62, n. 2, p. 366-376, May 1973.

ZHOU, S.; WANG, Y.; ZHU, T.; XIA, L. CT features of coronavirus disease 2019 (COVID-19) pneumonia in 62 patients in Wuhan, China. **AJR. American journal of roentgenology**. [New York], v. 214, n. 6, p. 1287-1294, 2020.